



FLACSO
2022

NEODESENVOLVIMENTISMO E BOLSONARISMO: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS QUE LEVARAM O BRASIL À EXTREMA DIREITA NAS PRESIDENCIAIS DE 2018.¹

Ailta Barros de Souza²

Universidade de Brasília

Eje temático 02: Estado de Derecho y Derechos Humanos. Democracia, Justicia, Instituciones, Procesos Políticos, Gobernabilidad Y Movimientos Sociales.

V Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales. *“Democracia, justicia e igualdad”*

FLACSO URUGUAY. www.flacso.edu.uy. Teléf.: 598 2481 745. Email: secretaria@flacso.edu.uy



Introducción

Este artigo visa contribuir para o debate sobre o Estado social neodesenvolvimentista instaurado no Brasil pelo Partido dos Trabalhadores - PT, durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (1º de janeiro 2003 a 1º de janeiro 2011) e continuado durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (1º de janeiro 2011 a 1º de janeiro 2015). Mostraremos que o neodesenvolvimentismo constitui uma rede de ideias sobre desenvolvimento econômico, promovida por intelectuais brasileiros para discutir a abordagem dos governos do Partido dos Trabalhadores-PT e que não foi capaz de apreender a natureza do Estado social neodesenvolvimentista, porque este trata de políticas sociais. Procuraremos lançar luz sobre o pacto capitalista realizado por Lula e Dilma e que permitiu a implementação de políticas de redução da miséria e da pobreza, tanto no campo da assistência social quanto em políticas estruturantes, como o ensino superior e as políticas de promoção da igualdade racial. Sustentaremos que o caráter neopatrimonialista do Estado brasileiro foi o freio que despertou a reação das elites e de setores da classe média à consolidação do Estado social neodesenvolvimentista e que levará à organização das forças de direita, especialmente os empresários e a classe média tradicional além de parcela significativa de (ex)pobres e emergentes que se beneficiaram das políticas implementadas pelo PT.

O apelo ao religioso e à religião, concebida como Deus, o bom e o bem em oposição ao diabo e ao mal, representados pela esquerda, pela ameaça comunista e pelo PT, contaram decisivamente, sob a forma de polarização sócio-política, para a reorganização da política no Brasil. Essa influência tem sido notada sobretudo pelo crescimento da teologia da prosperidade, típica das igrejas pentecostais e neopentecostais, somada à influência do neoliberalismo, ambos advogando o esforço individual como meio de sucesso e mobilidade social e que são mobilizados por ricos, e



FLACSO 2022

especialmente, pelos mais pobres. Essa mobilização possibilitou o surgimento de frentes conservadoras de cunho religioso no Congresso Nacional, durante as eleições de 2014 para a realização do golpe parlamentar, cuja materialização foi o impeachment de Dilma Roussef, em 31 de agosto de 2016. A tomada do poder pelo vice-presidente Michel Temer foi o início do colapso do Estado social neodesenvolvimentista. Seu bloqueio foi feito pelo Congresso Nacional brasileiro através da aprovação da Medida Provisória 726 de 12 de maio de 2016, proposta por Michel Temer como chefe do executivo federal e que foi transformada na Lei nº 13.341 de 29 de setembro de 2016, pelo Congresso Nacional. Em seguida, ocorreu a aprovação da Emenda Constitucional Número 95, proposta e aprovada pelo Congresso Nacional em 15 de dezembro de 2016 e que estabeleceu o piso mínimo das despesas realizadas em 2016 como teto para o ano de 2017, devendo perdurar por 20 anos ou 20 exercícios financeiros. A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, representa a continuidade do processo de consolidação do fim desse Estado social neodesenvolvimentista. As redes sociais como WhatsApp, Facebook e Twitter foram cenário da política suja que fez transbordar o ódio e a polarização sociopolítica no Brasil, antes e durante as eleições presidenciais.

2. Neodesenvolvimentismo brasileiro: Intelectuais, comunidades epistêmicas e redes de ideias

Durante os três mandatos exercidos pelo Partido dos Trabalhadores, intelectuais brasileiros tentaram apreender a nova configuração do Estado e sua relação com o desenvolvimento econômico sob a perspectiva do neodesenvolvimentismo, reunidos em diferentes comunidades epistêmicas



FLACSO 2022

para discutir sobre o caminho que deveria seguir o Estado brasileiro. A primeira comunidade epistêmica, teve origem na Fundação Getúlio Vargas (São Paulo), um think tank dedicado ao campo da economia e análise de políticas públicas. Sob a liderança de Bresser-Pereira, esta comunidade trata em particular do desenvolvimento econômico brasileiro pós-Plano Real (Bresser- Pereira e Nakano, 2002), bem como das estratégias de desenvolvimento que o governo deveria adotar e que pressupõem um Estado e um mercado fortes para implementar políticas (industrial, tecnológica, reforma agrária, emprego, crédito) (Bresser-Pereira, 2004). Suas prescrições consideram o legado institucional do passado (a estabilidade econômica e a vulnerabilidade do período Fernando Henrique Cardoso) e propõem a construção de uma agenda política voltada para a estabilidade macroeconômica (Bresser-Pereira, 2006; Bresser-Pereira, 2012). O mercado desempenha um papel central, pois, é fundamental aumentar a taxa de investimento e orientar a economia para a exportação (Bresser-Pereira, 2012, pp.351-352). Essa abordagem promete ser uma estratégia alternativa ao Consenso de Washington (Pereira e Theuer, 2012) e fornece um programa de reforma para o crescimento macroeconômico sustentado da economia brasileira no quadro da estabilidade de preços com equidade social (Oreiro e Paula, 2010). Ao contrário do antigo desenvolvimentismo, (da CEPAL) que prioriza o mercado interno, o neodesenvolvimentismo está voltado para o investimento interno e externo. Eles apoiam a desvalorização da moeda a fim de proporcionar uma taxa de câmbio atrativa para o capital internacional (Mollo e Fonseca, 2013:236).

Uma segunda comunidade epistêmica se encontra na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e conta com a participação de outros pesquisadores da academia brasileira. Sob a liderança de João Sicsú, esses neodesenvolvimentistas promoveram o debate sobre a continuidade das reformas econômicas implementadas por FHC durante os dois mandatos do governo Lula. As prescrições desse grupo para o desenvolvimento



FLACSO 2022

econômico brasileiro propõem uma ruptura com as políticas herdadas do período Cardoso e podem ser encontradas no livro *Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade*, organizado por Feijó, Sicsú, Oreiro e Paula (2003). Em outro trabalho, Sicsú, Paula e Michel (2005) propõem um projeto de desenvolvimento para o país e desta vez a expressão neodesenvolvimentismo aparece como contraponto ao antigo desenvolvimentismo (proposto pela CEPAL). Os autores propõem um novo projeto de desenvolvimento para o país estruturado com base em um Estado social pós-keynesiano semelhante ao do período dos Trinta Anos Gloriosos (1945-1975), mas não especificam como o social deve ser conduzido, pois suas propostas estão no vácuo. Os fundamentos teóricos aproximam o grupo de Bresser-Pereira embora a ideia de um Estado social os diferencie, mesmo que as bases desse mesmo Estado social não sejam enunciadas. As políticas sociais, especialmente as de educação, são vistas como ferramentas essenciais para a formação e qualificação da força de trabalho, a fim de promover o crescimento econômico e emprego. A queda das desigualdades sociais é consequência do desenvolvimento econômico (Sicsu, Paula e Renault, 2007, p. 520).

Uma terceira comunidade epistêmica, de pensamento mais difuso, se localiza no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, bem como em outros think tanks (como a Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro) e no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Esse grupo vem sendo notado desde 2006-2007, sob a liderança de Marcio Pochmann, ex-diretor do IPEA. O papel do Estado está no centro do debate porque é tido como um ator decisivo na definição e condução de estratégias de desenvolvimento que afetam tanto o econômico quanto o social, por meio de políticas sociais (Pochmann, 2011, 5-28). A principal obra que estrutura o pensamento neodesenvolvimentista e sua relação com o Partido dos Trabalhadores (PT) é a tese de doutorado intitulada "As bases do novo desenvolvimentismo: uma análise do governo Lula", defendida



FLACSO 2022

por AluÍzio Mercadante em 2010, no Instituto de Economia da UNICAMP. O autor afirma que o governo Lula realizou uma ruptura hist3rica com as polÍticas anteriormente adotadas no Brasil, tanto no campo econ3mico quanto no social. Segundo seu argumento, o social aparece como o eixo a partir do qual o paÍs teria feito uma guinada em direÇ3o ao novo modelo de desenvolvimento, ou neodesenvolvimentismo:

"Tal caracterÍstica representa uma profunda ruptura com as polÍticas do perÍodo em que predominava a hegemonia do paradigma neoliberal no Brasil e na Am3rica Latina. Mas n3o apenas isso. Ela representa tamb3m o inÍcio de uma ruptura com o padr3o hist3rico de desenvolvimento do paÍs, caracterizado pela concentraÇ3o (de reventos) e pela exclus3o social" (Mercadante, 2010:20)³

Os argumentos de Mercadante e Pochmann convergem porque assim como Pochmann, que apresenta os dados sobre o crescimento dos investimentos e da mobilidade social no Brasil em tr3s fases distintas, Mercadante estabelece o crescimento econ3mico, atestado pelo crescimento do PIB em 4,1% ao ano no perÍodo 2003-2008, como o motor que permitiu o crescimento dos investimentos sociais, que ele afirma ser uma marca aut3ntica do governo Lula, durante seus dois mandatos.

O neodesenvolvimentismo est3 longe de ser um pensamento homog3neo (e hegem3nico), embora do ponto de vista econ3mico todas as prescriÇ3es partam da constataÇ3o de que o modelo de industrializaÇ3o por substituiÇ3o de importaÇ3es (ISI) 3 obsoleto como princÍpio estruturante do antigo desenvolvimentismo. No que diz respeito ao social, pode-se destacar uma preocupaÇ3o com o crescimento econ3mico e do sal3rio mÍnimo, sempre atrelado ao crescimento da produtividade. Discute-se a redistribuiÇ3o da renda, mas sem reduÇ3o da taxa de lucro das empresas. N3o se trata de propor a melhoria da distribuiÇ3o de renda porque as propostas at3 aqui analisadas est3o longe de prescrever polÍticas rigorosas como o aumento de impostos e a tributaÇ3o da riqueza. S3o propostas de car3ter ideal tÍpico que



FLACSO 2022

estruturam campos de pensamento em defesa de um modelo de capitalismo onde as questões da igualdade e da redistribuição de renda estão condicionadas ao sucesso econômico, mas que ecoam em uma sociedade historicamente estruturada sobre desigualdades sociais:

O tipo ideal é um quadro de pensamento, não é a realidade histórica nem sobretudo a realidade "autêntica", serve menos ainda como um diagrama no qual se poderia ordenar a realidade como exemplo. Não tem outro significado senão um conceito de limite [Grenzbegriff] puramente ideal, contra o qual a realidade é medida [messen] para esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes e com o qual é comparada. Esses conceitos são imagens [Gebilde] nas quais construímos relações, usando a categoria de possibilidade objetiva, que nossa imaginação formada e orientada para a realidade considera adequada. Weber (1904, 143-144).

Não há propostas de políticas sociais ou políticas públicas de cunho social. No entanto, o sucesso econômico do Brasil até 2014 o colocou na condição de potência emergente, com crescimento sustentado do PIB durante os dois mandatos de Lula (Droulers e Broggio, 2013, pp.31-42) e continuou durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2010-2014) (TCU, 2014). Um vasto corpus produzido fora do Brasil atesta a ascensão do "gigante", mesmo entre os mais céticos (Faucher, 2011); (Rolland e Lessa, 2010a;b); (Davidson, 2012); (Roett, 2011); (Rohter, 2012); (Brainard e Martinez-Diaz, 2009); (Fishlow, 2011). O sucesso do PT também possibilitou uma mudança na política internacional em prol da cooperação Sul-Sul e redimensionou as relações diplomáticas com África (Sarr, 2019; Kourliandsky, 2010; Ribeiro, 2009), América Latina e China (Salama, 2019); (Lima e Coutinho, 2021). Que abordagem para as políticas sociais e o combate à pobreza e à desigualdade?



3. Socialdesenvolvimentismo: a ruptura com o neodesenvolvimentismo levando ao colapso da era petista?

As reformas implementadas pelos dois governos de Lula e continuadas por Dilma Rousseff foram determinadas por um jogo de conciliação que não afetou decisivamente o modelo de capitalismo brasileiro e teve o crescimento econômico como motor das ações. No entanto, esse crescimento permitiu a Lula encontrar seu momento maquiaveliano com a criação do programa Bolsa-Família e realizar outras proezas no campo social e assim preencher o vazio institucional deixado como legado por FHC durante seus dois mandatos (De Souza, 2010, 317-332). A criação do programa Bolsa-Família garantiu sua reeleição em 2006, o surgimento do fenômeno do lulismo e a eleição de Dilma Rousseff, nas eleições presidenciais de 2010.

Até 2013, uma frase eloquente soava em todo o Brasil: « O Brasil está bombando! ». Essa frase expressa bem o novo fervor do sentimento nacionalista no Brasil desde a chegada do PT ao poder na década de 2010, que levou o país à ascensão até 2014. Assim, a realização da Copa do Mundo de 2014 (FIFA) e dos Jogos Olímpicos no Brasil de 2016 mostram o reconhecimento do papel deste país como potência emergente e como ator político no cenário global (global player). Análises feitas por think tanks no Brasil exaltam a ascensão da nova classe média, para além das previsões estatísticas. O IPEA afirmava em 2012 que a nova classe média correspondia a 53% da população, ou seja, mais de 100 milhões de pessoas, o que representou um aumento de 37% na década de 2010 (IPEA, 2012). Entre 2003 e 2009, 29 milhões de pessoas ingressaram nas fileiras dessa classe média, hoje chamada de classe C. Entre 1993 e 2011, 59,8 milhões de pessoas ou 66% da população de 1993 saíram da pobreza no Brasil para



FLACSO 2022

acessar essa classe. Durante os anos 2008-2009, período de crise financeira internacional, 3,2 milhões de pessoas ingressaram na classe

C. Entre 2001 e 2009 a renda per capita do primeiro decil aumentou 12,8% enquanto a dos mais pobres aumentou 69,08%. Durante o mesmo período, o padrão de redução das desigualdades mostra que a parcela da renda recebida pela metade mais pobre da população cresceu a uma taxa 318% maior do que a do décimo mais rico. (Neri, 2011). Esse conjunto de mudanças configura o que Neri chama de Real de Lula ao apostar no sucesso do Bolsa-Família sobre o Plano Real de FHC (Neri, 2007, p.25).

O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU para 2013 também é eloquente: “O Brasil tornou-se um importante motor de crescimento para toda a América do Sul, reduzindo as desigualdades por meio de programas eficazes de combate à pobreza que inspiraram outros ao redor do mundo” (ONU, 2013, p. 17). “Desde a década de 1990, o IDH do país, que hoje é de 0,73, aumentou 24%, colocando-o no grupo dos quinze países que mais se desenvolveram. O país ocupa a 85ª posição no ranking dos 187 países avaliados em 2013. A redução do Déficit de Desenvolvimento Humano no Brasil aumentou em 34,3% tanto que em 1990 o IDH do país era de 0,666 subindo para 0,780 em 2012, um aumento de 34,3% que colocou o país na 13ª posição entre os países que trabalham para reduzir o déficit de desenvolvimento humano” (ONU, 2013, p.68).

Consideramos como certo que os dois mandatos de Lula e o primeiro mandato de Dilma Rousseff foram voltados para um pacto capitalista ou mesmo um pacto capitalista conservador (Bastos, 2012; Singer, 2012). Esse pacto foi a solução encontrada pelo governo Lula para manter a governança e ao mesmo tempo contemplar demandas dos mais pobres, como emprego formal, políticas de acesso ao ensino superior e o fortalecimento da política de assistência social, em especial do Benefício de Prestação Continuada - BPC e do Programa Bolsa-Família. Assim, o



FLACSO 2022

neodesenvolvimentismo está longe de esmiuçar a postura do PT na promoção do desenvolvimento social, especialmente a partir de meados do segundo mandato de Lula, quando o partido adotou uma estratégia mais à esquerda e que foi denominada de social-desenvolvimentismo para destacar a influência da « geração petista » na condução da política econômica durante os dois governos de Lula, especialmente durante seu segundo mandato (Costa, 2012). O termo social-desenvolvimentismo parece uma iniciativa legítima para captar os dividendos políticos e, ao mesmo tempo, interpretar ex-post o crescimento ocorrido sob a pressão operada pelo aumento do salário mínimo, a expansão do crédito para o consumo e das políticas sociais a partir de 2005 (Bastos, 2012, p.794).

Numa abordagem alternativa ao neodesenvolvimentismo, André Singer (2009) não se debruça sobre as teses neodesenvolvimentistas mas busca compreender a hegemonia do PT e o pacto conservador estabelecido a partir de 2003, quando o partido adotou uma orientação que permitia, apoiado na conjuntura internacional, a adoção de políticas de redução da pobreza - em especial o combate à miséria - com um conjunto de medidas econômicas voltadas para a ativação do mercado interno no Brasil, sem confronto direto com o capital. Apesar do escândalo de corrupção conhecido como 'mensalão' (iniciado em 2002 e denunciado em 2005), esse pacto permitiu um realinhamento eleitoral que se cristalizou em 2006, durante as eleições presidenciais, e deu origem ao fenômeno do Lulismo. Tal fenômeno concretizou-se no deslocamento dos eleitores mais pobres que votaram maciçamente em Lula forjando as bases para a implementação do modelo de desenvolvimento caracterizado pela redução da pobreza com a manutenção da ordem capitalista, ou seja, do pacto conservador que caracterizou os dois mandatos de Lula (Singer, 2009, p.84). O Bolsa-Família foi o programa decisivo na decisão do eleitorado de apoiar, pelo voto, a candidatura de Lula para o segundo mandato (De souza, 2010); (Singer, 2009); (Hunter et Power, 2007).



FLACSO 2022

Em estudo mais aprofundado Singer (2012) continua seu argumento e afirma que as bases do lulismo contam com um forte elemento bonapartista já que o lumpemproletariado (subproletariado) teria feito essa virada nas eleições presidenciais de 2006 (Idem,p.55). Enquanto na primeira eleição de Lula (2002) o PT contaria com votos da classe média, em 2006, no segundo turno da eleição, houve um deslocamento dos eleitores mais pobres que votaram em Lula, que contava com 64% dos votos dos eleitores recebendo até 2 salários mínimos, 56% entre os que recebiam de 2 a 5 salários, 44% entre os que recebiam mais de 5 salários e 36% entre os que recebiam mais de 10 salários (de um total de 57% dos votos válidos obtidos por Lula na segunda volta). O adversário de Lula, Geraldo Alckmin do PSDB, teve 25% dos votos dos eleitores que recebiam até 2 salários, 35% dos que recebiam de 2 a 5 salários, 46% dos que recebiam de 5 a 10 salários e 54% dos que recebiam mais de 10 salários (de um total de 33% dos votos obtidos por Alckmin no segundo turno) (Singer, 2012, p.56).

Esse deslocamento, ao mesmo tempo em que expressa uma nova polarização social entre ricos e pobres, também expressa uma transformação decisiva cujas origens estariam no sucesso do programa Bolsa-Família, no aumento de 24,25% do salário mínimo durante o primeiro mandato de Lula, na ampliação do vínculo empregatício com vínculo empregatício, o programa de Crédito Depositado criado pela lei 10.820 de 2003 e a aprovação do Estatuto do Idoso, que garantiu o pagamento de um salário mínimo na modalidade de Benefício de Prestação Continuada - BPC, para todas as pessoas com deficiência e maiores de 65 anos cuja renda familiar per capita fosse inferior a 1/4 do salário mínimo (antes desta lei a idade mínima era de 67 anos). A regulamentação do trabalho doméstico pela Lei Complementar Nº 150, de junho de 2015 foi mais uma conquista das trabalhadoras domésticas no Brasil e que vai reforçar a polarização social porque os ricos e a classe média tradicional têm se beneficiado historicamente do trabalho das empregadas (os)s



FLACSO 2022

domésticas(os) tanto como meio de exploração quanto como símbolo de poder e status.

A essas políticas se somam outras como o Programa de Reestruturação Universitária - Reuni, instituído pelo Decreto nº 6.096 de abril de 2007 que previa investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões no período 2008-2012. A criação desse programa foi consequência de um conjunto de medidas voltadas para o fortalecimento do ensino superior no Brasil implementadas desde 2002. Segundo o Ministério da Educação, os investimentos nas universidades aumentaram 905%, os custos aumentaram 63,5% e o quadro de funcionários aumentou 21,9%. A expansão das universidades federais para os municípios, outro objetivo do Reuni, foi alcançada com a criação de 104 novos campi desde 2003, passando de 151 naquele ano para 255 em 2008. Essa expansão também incluiu a criação de 180 novos cursos de graduação, totalizando 2.506 cursos ofertado em 2008. Para garantir a qualidade e o funcionamento dos cursos criados no âmbito do Reuni, as universidades conseguiram contratar 9.000 novos professores e 1.634 administradores técnicos (Reuni, 2009). Houve ainda a expansão das Escolas Técnicas com a criação de mais de 60 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a multiplicação de campi em todos os estados do país, cujo número ultrapassou 300 unidades em 2016 (Ministério da Educação, 2016).

A proposta ao Legislativo, pelo governo Dilma Rousseff, da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 foi uma vitória dos pobres que mudou radicalmente o perfil dos novos alunos para as universidades federais, bem como para os Institutos Federais e as Escolas Técnicas. Esta lei estabelece quotas para jovens de escolas públicas brasileiras, além de atender às populações negras, pobres e indígenas (PPIs pretos, pobres e indígenas). O Programa Universidade para Todos-PROUNI, criado pela Lei nº 11.096/2005, estabelece uma política de bolsas oferecidas por instituições privadas de ensino superior com o objetivo de aumentar ainda mais a oferta



FLACSO 2022

de vagas. Este programa representa a vertente conciliadora da estratégia do PT com o capital nacional e transnacional no domínio do ensino superior privado. Em 2006 foram concedidas

109.009 bolsas para alunos carentes com um custo de isenção fiscal de R\$ 369.644.083,00, sendo o custo anual de cada aluno de R\$ 3.390,95 e o custo mensal de R\$ 282,57. Em 2012, esses números foram 379.330 bolsas concedidas a um custo de isenção fiscal de R\$ 757.301.344,00, enquanto o custo anual do aluno foi de R\$ 1.996,41 e o custo mensal foi de R\$ 166,36 (Costa e Ferreira, 2017.150). Outras políticas de combate às desigualdades vêm sendo implementadas, como as políticas de promoção da igualdade racial da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, criada em 2003, as políticas de promoção da igualdade de gênero, entre outros.

O fenômeno de diminuição da pobreza e das desigualdades sociais decorrente do crescimento econômico e da implementação de políticas sociais configura um novo Estado social neodesenvolvimentista, ao mesmo tempo em que conforma também um sentimento nacionalista e o orgulho de grande parte dos beneficiários dessas políticas. Esse novo Estado está na origem da polarização social e política que levou à destituição de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016, por impeachment, e que implicou na desconstrução do pacto social liderado pelos 3 governos do PT. Levou à eleição de Jair Bolsonaro e ao bolsonarismo nas eleições presidenciais de 2018 a fim de implodir o que restava do Estado social neodesenvolvimentista, assim como de outras conquistas sociais desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa guinada do país para a extrema direita impacta sobre o direito de viver, de existir, de ser diferente, assim como sobre o direito de estar na oposição política (esquerda).

Essa disputa de forças conservadoras que levou ao impeachment de Dilma Rousseff e à derrubada do PT por 14 anos no poder foi consequência do



FLACSO 2022

conflito de classes gerado pelo projeto desse novo Estado social desenvolvimentista e contou com o protagonismo das elites, das classe média tradicional e extratos da nova classe média articulados como forças de direita. A nova classe média, parte da qual se beneficiou das políticas públicas implementadas pelo PT durante 14 anos, uniu-se a essas forças, sobretudo a partir de seus vínculos religiosos. Esse novo proletariado (incluindo o lumpenproletariado que se beneficiou das políticas do PT) sofreu influência da teologia da prosperidade, típica das igrejas pentecostais e neopentecostais, somada à do neoliberalismo, que defendem o esforço individual como meio de sucesso e mobilidade social (Singer, 2015, p.11). Enfraquecido desde os protestos sociais de 2013 e 2014, bem como pela cobertura midiática do escândalo de corrupção investigado pela Operação Lava Jato, o PT não conseguiu desenvolver estratégias capazes de neutralizar as forças conservadoras ou, ao menos, tentar evitar o impeachment de Dilma Rousseff e a queda do partido. Como isso aconteceu?

4. Religião, política e reatualização conservadora no Brasil

O entrelaçamento entre religião e política voltou ao cenário mundial e se aprofundou no contexto da redemocratização na Europa, após a queda do Muro de Berlim e a queda do socialismo real na URSS (Saraiva, 2013), na redemocratização do continente africano (Patterson, 2020); (Gazibo, 2010, pp. 167-236) e também na América Latina (Corten, 2001). Na América Latina, essa relação entre religião e política, sob a liderança da Igreja Católica, assumiu a forma de um confronto espetacular entre a Igreja (católica, progressista, da teologia da libertação) como instituição e vários Estados governados por ditaduras militares – um confronto que



FLACSO 2022

desempenhou um papel determinante na crise de legitimidade desses regimes (Lowi, 2001, p.1). No entanto, outros estudos indicam que houve, ao mesmo tempo, uma erosão da hegemonia católica iniciada no final da década de 1960, com a diversificação da oferta religiosa que transcende o Brasil já que sua influência é notada em toda a América Latina. Primeiro, pela perda de fiéis católicos que caíram de 89% no censo de 1980 para 83,3% em 1991, 73,9% em 2000 para apenas 64,6% em 2010. Depois, pela perda de fiéis porque entre 1980 e 2010, as autodeclarados pessoas sem religião passou de 1,6% para 8,1% da população. Por fim, porque na mesma proporção que vemos o declínio dos católicos, vemos a progressão do crescimento dos evangélicos. Eram 3,4% da população em 1950, 9% em 1991, 15,6% em 2000 e 22,2% em 2010. (Marin, 2017, p.2). Em 2019, a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional teve 201 dos 513 deputados federais e 8 dos 81 senadores. Em maio de 2022, esta Frente Parlamentar conta com 181 deputados e 8 senadores, filiados a partidos que vão do Partido Liberal (PL) ao Partido dos Trabalhadores (PT) atingindo 80% dos partidos com representação no Congresso Nacional.

5. A Internet e as redes sociais como arena de polarização

O Jean Wyllys não vale a bala que o mate nem o pano que o limpe⁴

Quem matou Marielle Franco?⁵

A polarização presente no Brasil desde 2013 e que se expressa nas redes sociais não é apenas de natureza política, mas sociopolítica porque é a expressão das desigualdades sociais que perpassam a história do país. O fundamento dessa questão é a questão da igualdade, proposta por Bobbio no início dos anos 1990, como critério para distinguir direita de esquerda



FLACSO 2022

(Bobbio, 1995, p.95). Trata-se da reação da elite e de setores da classe média abastada às políticas de redução da pobreza e promoção da igualdade, implementadas durante os governos do PT, além de usuários de tais políticas que como membros da nova classe média, aderiram ao bolsonarismo e à extrema direita. Três mandatos do Partido dos Trabalhadores e a adoção de políticas para erradicar a miséria e a pobreza e promover a igualdade foram suficientes para que a direita mostre a face. Desta vez na forma de polarização política, por meio da reorganização dos partidos de direita, como demonstra a Frente BBB (Bíblia, Boi e Bala) no Congresso Nacional, bem como a nível da sociedade civil, principalmente a partir de 2013, por movimentos sociais, como o Movimento Brasil Livre-MBL, os Black Blocs, a Escola sem Partido, (trata-se de uma suposta oposição ao Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra pessoas GLTBQIA+2), o Movimento Passe Livre (de transporte público para estudantes), entre outros. Durante as eleições presidenciais de 2018, viu-se a abertura de uma janela de oportunidades nas redes sociais para a criação de uma aliança circunstancial de grupos de interesse em torno de uma plataforma moral, que vai desde o combate à corrupção, contra a suposta ameaça comunista e contra o fantasma da “ideologia de gênero”.

O conflito político nas redes sociais tende a uma espécie de polarização estabelecida por uma gramática moral que divide os adversários em binários, colocando o bem contra o mal, Deus contra o diabo, e saindo do macrossocial para se focar na moral ou na ética de um grupo ou de um indivíduo. O conflito político nas redes sociais tende a uma espécie de polarização estabelecida por uma gramática moral que divide os adversários em binários, colocando o bem contra o mal, deus contra o diabo, passando do macrossocial ao foco na moral ou na moralidade ética de um grupo ou de um indivíduo (Machado e Miskolci, 2019, 958). Uma agenda conservadora oriunda dos setores religiosos se impôs. Aqui os



FLACSO 2022

afetos se opõem à ideologia, e o outro, o adversário, o diferente de si, torna-se alvo de ofensas e humilhações públicas (Iyengar et. al. 2012, 406) como na campanha de Donald Trump nos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad no Brasil. O problema é que esse alvo pode ser morto pela força da mesma violência, pelo uso de armas letais no mundo real, tal qual vem ocorrendo impunemente no Brasil.

Referencias bibliográficas

Bastos, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo, *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

Bobbio, Norberto. Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista, 1995.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos et Nakano, Ioshiaki. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. In Leite, Antônio Dias et Velloso, João Paulo dos Reis. Novo governo e os desafios do desenvolvimento, Rio de Janeiro, José Olympio, 2002, pp. 67-108.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos, Proposta de desenvolvimento para o Brasil, *Rev. Econ. Polit.*, 2004, Vol. 24, no. 4, pp. 625-630.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional, *São Paulo em perspectiva*, 2006, 20 (3), pp. 5-24.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Structuralist macroeconomics and the new developmentalism. *Rev. Econ. Polit.*, Sept 2012, vol.32, No. 3, pp.347-366.



FLACSO 2022

Bresser-Pereira, Luiz Carlos et Theuer, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina?. Econ. soc. 2012, vol.21, n.spe, pp. 811-829.

Corten, André. O pentecostalismo transnacionalizado no contexto teológico-político, Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 149-160, julho de 2001 Davidson, James Dale. 2012. Brazil Is The New America. How Brazil Offers Upward Mobility In a Collapsing World. New Jersey: Wiley & Sons.

Costa, Fernando Nogueira da. Desenvolvimento do Desenvolvimentismo II: da Escola de Campinas ao Social-Desenvolvimentismo. Disponível em <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2012/03/fernando-costa-desenvolvimento-do-desenvolvimentismo-parte-ii.pdf> Página consultada em maio 2022.

Costa, Danielle Dias da, e Ferreira, Norma-Iracema de Barros. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 141-163, mar. 2017.

De Souza, Ailta Barros. Idées, institutions et intérêts dans le changement de la protection sociale : les politiques de transfert de revenu au Brésil. Thèse de doctorat. Faculté des arts et des sciences – Département de science politique – Université de Montréal, 2010. Disponible sur https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/bitstream/handle/1866/4529/De_Souza_Ailta_B_2010_these.pdf?sequence=2&isAllowed=y Página consultada em setembro 2022.

Diário Oficial da União. Ministério da Educação. Portaria Nº 378, de 9 de maio de 2016, pp19-28. Disponível em <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=19&data=10/05/2016> Página consultada em março 2022.



FLACSO 2022

- Droulers, Martine et Broggio, Céline. Le Brésil. Collection : Que sais-je ? Presses Universitaires de France, notamment chapitre 2, pp.31-42.
- Faucher, Philippe. 2011. « Tel Janus : les deux faces du Brésil émergent ». Revue internationale de politique comparée, 18 : 123-150.
- Gazibo, Mamoudou, Introduction à la politique africaine, Les Presses de l'Université de Montréal, 2020, notamment 167-236.
- HUNTER, W. e POWER, T. “Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006”. Latin American Politics & Society, v.49, p. 1-30, 2007.
- Iyengar, Shanto, Sood, Gaurav and Lelkes, Yphtach. Affect, Not Ideology: A Social Identity Perspective in Polarization. Public Opinion Quarterly, Vol. 76, No. 3, Fall 2012, pp. 405–431.
- IPEA, 2012. Nova classe média corresponde a 53% da população. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15558 Página consultada em abril 2022.
- Lima, Aniel et Coutinho, Lucas. Relations avec la Chine: collaboration ou dépendance? Hérodote, n° 181, La Découverte, 2e trimestre 2021, pp. 151-169.
- Oreiro, José Luiz et Paula, Luiz Fernando, Macroeconomia e conjuntura: uma agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social. Economia & Tecnologia – Ano 06, Vol. 20 – janeiro/março de 2010, 5-20.
- Machado, Jorge e Miskolci Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. Sociologia & Antropologia, 2019, v. 09, n. 3 pp. 945-970 [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310> Página Consultada em junho 2022.



FLACSO 2022

- Mollo Maria de Lourdes Rolemberg et Fonseca, Pedro C. Dutra. Desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Revista de economia política*, Vol. 33, no. 2 (131), pp. 222=239, 2013.
- Neri, Marcelo. 2011. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo : Saraiva.
- Neri, Marcelo, 2007. *O Real de Lula*, FGV, Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24428/O-Real-do-Lula.pdf?sequence=1&isAllowed=y> página consultada em junho 2022.
- Feijò, Carmem, Sicsú, João, Oreiro, José Luis et De Paula, Luiz Fernando. *Agenda Brasil: Políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços*. Barueri– São Paulo, Manole, 2003.
- Oreiro, José Luiz et Paula, Luiz Fernando. *Macroeconomia e conjuntura: uma agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social*. *Economia & Tecnologia – Ano 06, Vol. 20 – janeiro/março de 2010*, 5-20.
- Organisation des Nations Unies - ONU. *Rapport sur le développement humain 2013. L'essor du Sud : le progrès humain dans un monde diversifié*, PNUD, 2013.
- Sicsú, João, De Paula, Luiz Fernando et Renault, Michel. *Por que novo-desenvolvimentismo?* *Revista de economia política*, Vol. 27, no. 4, (108), pp. 507-524, 2007.
- Sicsú, João, De Paula, Luiz Fernando, Renault, Michel. *Novo-Desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*. Rio de Janeiro: Manole, 2005.



FLACSO 2022

- Singer, André. Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- Pochmann, Marcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. SER Social, Brasília, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011.
- Mercadante, Aluizio. As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: uma análise do governo Lula (2003-2010). Tese de doutorado. Instituto de Economia Universidade de Campinas - UNICAMP, 2010, pp.509.
- Mercadante, Aluizio. O governo Lula e a construção de um Brasil mais Justo. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- Tribunal de Contas da União - TCU. Desempenho da economia brasileira. 2014. Disponível em https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2014/ fichas/2_Desempenho%20da%20Economia%20Brasileira.pdf Página consultada maio 2022.
- Weber, Max. Essais sur la théorie de la science. Premier essai (1904). Disponible sur http://classiques.uqac.ca/classiques/Weber/essais_theorie_science/Essais_science_1.pdf. Page consultée le 5 mai 2022.
- Rolland, Denis, Antônio Carlos Lessa. 2010(a). « Relations internationales du Brésil. Les chemins de la puissance, aspects régionaux et thématiques » Représentations globales. Vol. I , Paris : L'Harmattan.
- Rolland, Denis et Antônio Carlos Lessa. 2010(b). Relations internationales du Brésil: les chemins de la puissance. Vol. II Paris: L'Harmattan.
- Roett, Riordan. 2011. The New Brazil. Washington : Brookings.
- Rohter, Larry. 2012. Brazil On The Rise. The Story of a Country Transformed. New York: Palgrave Macmillians.



FLACSO 2022

- Brainard, Lael et Leonardo Martinez-Diaz. 2009. *Brazil As An Economic Superpower? Understanding Brazil's Changing Role In the Global Economy*. Washington: Brookings Institution Press.
- Fishlow, Albert. 2011. *Starting Over. Brazil Since 1985*. Washington : The Brookings Institution Press.
- Reuni. Reestruturação e expansão das Universidades Federais. Disponível em <http://reuni.mec.gov.br/noticias/36-outras-noticias/49-universidades-federais-criam-15-mil-novas-vagas-no-primeiro-ano-do-programa> Página consultada em março 2022.
- Salama, Pierre. « Quo vadis Brasil? Quais são as perspectivas econômicas de um gigante enfermo? », *Confins* [En ligne], 501 | 2019, mis en ligne le 29 septembre 2019, consulté le 22 mai 2022. Disponível em <http://journals.openedition.org/confins/21006>.
- Sarr, Mamadou Lamine. *Analyse du changement de politique étrangère : le Brésil comme étude de cas*. Thèse de doctorat. Département de science politique. Université Laval, 2019. Disponível em <https://corpus.ulaval.ca/entities/publication/b719b7c0-91ad-48a8-9237-3d744ffc1832/full> Página consultada em maio 2022.
- Kourliandsky, Jean-Jacques. *Lula et la politique étrangère brésilienne de 2003 à 2010*. *Alternatives Sud*, Vol. 17-2010, 77-86.
- Ribeiro, Claudio. *La politique africaine du Brésil et le gouvernement Lula*, *Politique africaine* n° 113 - mars 2009, 71-91.
- Saraiva, Maria Francisca. *O papel político da igreja ortodoxa na Federação Russa*, *National Defense Institute of Portugal*, 2013. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/resrep19112.3?seq=1> Página consultada em maio 2022.
- Singer, André. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*, *Novos estudos* 85, novembro 2009, pp. 83-102.



FLACSO 2022

Singer, André. Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

Singer, André. Cutucando onças com vara curta. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), *Novos Estudos Cebrap*, 102, julho 2015 pp. 39-67.

¹ O presente artigo foi redigido durante estágio de pesquisa pós-doutorado no Centre d'études et de recherches internationales (CÉRIUM) de l'Université de Montréal - Québec - Canada. Agradeço à Equipe do CÉRIUM – UdM, pelo acolhimento, e em especial ao professor Mamoudou Gazibo pelo convite. Agradeço ainda ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília por ter me proporcionado a Licença remunerada para a realização do Estágio. Agradeço as/aos colegas participantes do Congresso Flacso 2022 Eje temático: 02 – Estado de derecho y derechos humanos. Democracia, justicia, instituciones, procesos políticos, gobernabilidad y movimientos sociales, as contribuições e sugestões.

² Professora Associada do Departamento de Serviço Social – Universidade de Brasília – UnB. PhD Ciência Política Universidade de Montreal. Contato socialwk@unb.br

³ Mercadante, Aluizio. As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: uma análise do governo Lula (2003-2010), Tese de doutorado, Instituto de Economia Universidade de Campinas - UNICAMP, 2010, pp.509.

⁴ Declaração de Marília Castro Neves, desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, sobre o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), no Facebook.

⁵ Frase que expressa a indignação da sociedade civil em relação aos assassinatos de civis no Brasil e dos quais Marielle Franco representa uma pequena ponta do iceberg. Mulher, negra, de origem pobre, Vereadora Municipal do Rio de Janeiro com expressiva votação, também filiada ao Partido Socialismo e Liberdade-PSOL. Assassinada em 14 de março de 2018 no Rio de Janeiro.